

Conservadorismo condicional nos segmentos econômicos da BM&F BOVESPA

Ednilto Pereira Tavares Junior
Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Isabel Cristina Henriques Sales

RESUMO: Esta pesquisa verifica se existe prática diferenciada de conservadorismo condicional por segmentos econômicos para as empresas listadas na BM&F Bovespa. O estudo é motivado pela aparente carência de estudos com esse foco na literatura empírica revisada. O conservadorismo condicional ocorre quando as perdas futuras esperadas são reconhecidas na contabilidade mais rapidamente do que os ganhos, em decorrência de comportamento discricionário do gestor na escolha de certos procedimentos contábeis. A mensuração dominante desse fenômeno em estudos acadêmicos se dá através do chamado coeficiente de Basu (2007) dos retornos negativos. A existência de incentivos diferentes por segmentos econômicos pode fazer com que o grau de conservadorismo seja também diferente entre os segmentos, sendo este um problema empírico. Dados anuais contábeis e de mercado das variáveis de interesse foram coletados para todas as empresas da BM&F Bovespa, cobrindo o período de 2010 a 2016, obtendo-se um painel balanceado de 1.749 observações empresas-ano por variável. Os resultados das regressões em painel, com efeito fixo, confirmam a hipótese de que o grau de conservadorismo condicional é diferente, em números absolutos, para os 10 segmentos analisados. Futuros estudos serão necessários para examinar a significância estatística das diferenças e os fatores que as explicam.

Palavras-chave: Conservadorismo. Coeficiente de Basu. Companhias Brasileiras.

ABSTRACT: This research verifies if there is a differentiated practice of conditional conservatism by economic segments for the companies listed on BM&F Bovespa. The study is motivated by the apparent lack of studies with this focus in the revised empirical literature. Conditional conservatism occurs when expected future losses are recognized in the books more quickly than gains, as a result of the manager's discretion in choosing certain accounting procedures. The dominant measurement of this phenomenon in academic studies is through the so-called Basu coefficient (2007) of negative returns. The existence of different incentives by economic segments may cause the degree of conservatism to be different among segments as well, but this conjecture is an empirical problem. Annual accounting and market data of the variables of interest were collected for all BM&F Bovespa firms, covering the period from 2010 to 2016, and it was obtained a balanced panel of 1,749 firm-year observations per variable. The results of panel regressions with fixed effect confirm the hypothesis that the degree of conditional conservatism is different, in absolute numbers, for the 10 segments analyzed. Future studies will be needed to examine the statistical significance of the differences and the factors that could explain them.

Keywords: Conservatism. Basu Coefficient. Brazilian Companies.

Recebido em: 16/10/2017

Aprovado em: 10/12/2017

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editores Científicos: Maria Aparecida de Souza Melo e Simone Pereira Silva Bastos

1 INTRODUÇÃO

O sistema contábil foi estruturado ao longo do tempo com foco no usuário externo da informação, predominantemente o investidor e o credor. Uma das convenções que está por trás desse sistema é o conservadorismo, que em linhas gerais significa: se houver dúvida, a despesa deve ser reconhecida antes que a receita (BLISS, 1924). Por exemplo, a regra de reconhecer a receita somente no momento da venda, quando a dúvida do seu recebimento é dissipada, deriva da convenção do conservadorismo. Similarmente, a prescrição para reconhecimento dos gastos não fabris, como despesas do período, independentemente das vendas, tem como fundamento essa mesma convenção.

O conservadorismo pode ser incondicional e condicional. O conservadorismo incondicional é o que está incorporado nas próprias normas e regras contábeis, como no exemplo acima. Ele não se diferencia entre empresas de um mesmo país ou segmento econômico, pois todas devem seguir incondicionalmente as regras prescritas pelo regulador. Por isso, um sistema contábil pode ser mais ou menos conservador, e daí as pesquisas que buscam investigar, por exemplo, se a adoção das normas internacionais de contabilidade por um determinado país ou região, reduziu o nível de conservadorismo incondicional do seu sistema contábil, sendo exemplos os estudos de Andre e Filip (2013) para países da Europa, e Ramos e Lustosa (2013) para o Brasil.

O conservadorismo condicional, ao contrário, depende da decisão discricionária do gestor de escolher procedimentos contábeis mais ou menos agressivos e tempestivos em termos de reconhecimento de receitas e despesas, aproveitando-se da flexibilidade permitida por algumas normas

contábeis. Por exemplo, acelerar ou não a depreciação do imobilizado, reconhecer maior ou menor provisão para a carteira de crédito e para as garantias concedidas, classificar os juros pagos e recebidos, na demonstração dos fluxos de caixa, nas atividades operacionais, de financiamento ou investimento etc.

Basu (1997) desenvolveu um modelo empírico para capturar o grau médio de conservadorismo condicional de uma determinada amostra de empresas com ações negociadas em bolsa de valores. Ele constatou que também no conservadorismo condicional as empresas antecipam, contabilmente, o reconhecimento de perdas futuras mais rapidamente do que os ganhos, percebido na maior magnitude absoluta do chamado “coeficiente de Basu dos retornos negativos” numa regressão do lucro contábil contra os retornos de mercado, em que estes são separados nos seus componentes positivos e negativos. Isto é interessante, pois é como se o mesmo princípio secular do conservadorismo incondicional tivesse criado um inconsciente coletivo que dirige o gestor para uma mesma direção, mesmo nas suas escolhas discricionárias de procedimentos contábeis.

Conquanto também sejam muitas as pesquisas que investigaram empiricamente o conservadorismo condicional em diferentes amostras, como em Moreira, Colauto e Amaral (2010), Paulo, Antunes e Formigoni (2008) e Santos e Costa (2008), não é do nosso conhecimento que isto já tenha sido feito setorialmente, daí a motivação deste estudo. Se as estruturas de mercado e contratos formais e informais entre a empresa e seus *stakeholders* são diferentes entre segmentos econômicos, pode haver incentivos diferentes, numa perspectiva de racionalismo econômico (WATTS E ZIMMERMAN, 1986), para um segmento se apresentar mais ou menos condicionalmente

conservador em relação a outros setores. Por exemplo, os gestores do segmento de Telecomunicações, assim como os de (outros serviços de) Utilidade Pública, por serem mais regulados, podem ter incentivos para escolher procedimentos contábeis mais conservadores, que lhes tragam vantagens numa renegociação tarifária com o governo, do que os gestores do segmento de Bens Industriais, não sujeitos a regulação, e assim por diante.

A existência ou não de conservadorismo condicional por segmentos econômicos é um problema empírico, pois dependerá da força resultante do conjunto de incentivos de cada setor. Consequentemente, a hipótese adotada nesta pesquisa é que *as empresas listadas na BM&F Bovespa praticam conservadorismo condicional diferenciado, conforme o setor em que elas atuam*. Watts (2003) ressalta que são vários os fatores que podem influenciar no conservadorismo, como por exemplo o custo da firma, o ambiente regulatório, os impostos e taxas, a assimetria informacional, entre outros. Dessa forma, a não rejeição desta hipótese pode revelar o comportamento do conservadorismo nos segmentos, indicando, assim, que, conforme o segmento, poderá haver maior ou menor reversão dos resultados negativos e da persistência dos resultados positivos.

A amostra inicial considerou todas as empresas listadas na BM&F Bovespa, no período de 2010 a 2016. Foram utilizados dados anuais para o período analisado e a base de dados foi a Economatica.

Foram excluídas as empresas que não possuíam dados completos para o período analisado, restando 249 empresas, de 20 setores da economia (segundo a organização da Economatica). Em seguida, reclassificou-se os setores conforme a proposta de segmentos da BM&F Bovespa, que qualifica as empresas listadas em 10 (dez) segmentos: Bens Industriais;

Construção e Transporte; Consumo Cíclico; Consumo não Cíclico; Financeiros e Outros; Materiais Básicos; Petróleo, Gás e Biocombustível; Tecnologia da Informação; Telecomunicação e Utilidade Pública.

Definida a amostra, utilizou-se o modelo proposto por Basu (1997) para verificar o conservadorismo condicional a partir da associação do sistema contábil, através do lucro, com as boas ou más notícias sinalizadas pelo mercado, representadas pelos retornos positivo e negativo, respectivamente. Com base nessas informações, realizou-se a regressão dos dados em painel para a amostra total, visando à verificação da presença média do conservadorismo no conjunto das empresas listadas e, posteriormente, regressões por segmento para verificar se havia diferenças no comportamento conservador discricionário do gestor entre eles.

Na revisão da literatura, observou-se que o conservadorismo tem sido tema recorrente em pesquisas acadêmicas nacionais (ARRUDA *et al.*, 2014; COELHO; LIMA, 2008; BRITO; MARTINS, 2013) e internacionais (VATANPARAST; BAQERIAN; HASSANZADE, 2014; NICHOLS; WAHLEN; WIELAND, 2009; TAPIA *et al.*, 2011). Todavia, parece não existir ainda, especialmente no Brasil, pesquisas que examinam a questão do conservadorismo condicional entre segmentos econômicos. Por essa razão, a presente pesquisa faz-se relevante.

Este artigo está dividido da seguinte forma: a seção seguinte trata do referencial teórico utilizado para o desenvolvimento da hipótese da pesquisa; a seção 3 estabelece a metodologia e a seção 4 analisa os resultados da pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conservadorismo

O conservadorismo segue uma premissa histórica e universal entre os contadores: a regra “informal” de não antecipar os lucros e antecipar as perdas (BLISS, 1924). Vatanparast, Baqerian e Hassanzade (2014) afirmam que o conservadorismo é um critério para solucionar os princípios e procedimentos contábeis em condições duvidosas e pouco confiáveis. Por consequência, em situações de insegurança, alguns métodos devem ser escolhidos e administrados, o que provoca menor lucro. Os autores afirmam, ainda, que a seleção e aplicação de métodos conservadores advêm do regime de competência e que, em situações não confiáveis, as receitas e ativos são reconhecidos mais tarde, enquanto despesas e passivos devem ser reconhecidos mais rapidamente.

Vários são os autores que conceituam o conservadorismo. Para Basu (1997), o conservadorismo consiste no reflexo no sistema contábil das más notícias de forma mais rápida do que as boas notícias. Segundo esse autor, o conservadorismo indicaria um reconhecimento oportuno assimétrico para ganhos e perdas e, por consequência, a influência de escolhas de procedimentos contábeis discricionários no lucro. Ross e Watts (2003) explicam que o conservadorismo consiste na verificação assimétrica entre ganhos e perdas, de forma que quanto maior for a diferença no nível de verificação para ganhos em relação às perdas, maior o conservadorismo.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) afirmam que não há um entendimento

consensual sobre o conceito de conservadorismo. Segundo esses autores, também não há consenso sobre a verdadeira utilidade proporcionada pelo efeito do comportamento conservador. Na contabilidade, contudo, autores justificam que a existência do conservadorismo visa à redução dos custos de agência, redução da tributação, litígio e, ainda, comportamento oportunista ante a influência de órgãos reguladores.

Watts e Zimmerman (1986) acreditam que contratos resultam em custos de agência e que a busca por um mecanismo para a redução desses custos demanda que a informação contábil seja um instrumento legitimador da validação dos contratos. A maior parte dos contratos de uma entidade, seja com pessoas físicas ou jurídicas, é feita com base em números contábeis, objetivando reduzir os custos de agência e, dessa forma, a oportunidade, verificabilidade e a assimetria da informação entre as partes contratantes demandam uma postura conservadora na produção da informação contábil.

Outra explicação para o conservadorismo seria a tributação do lucro. Há muito tempo, a contabilidade e o fisco estiveram intimamente ligados, fazendo com que a primeira fosse afetada pelo segundo. Watts (1993) e Watts e Zimmerman (1979) verificaram que a depreciação de ativos em empresas norte-americanas estava sendo calculada de forma não linear e registrada como despesa e divulgada nos demonstrativos contábeis. Essa prática, altamente utilizada, decorreu de uma Lei tributária de 1907. Guenther, Maydew e Nutter (1997) sugeriram práticas que afetavam o imposto de renda; e Shackelford e Shevlin (2001) constataram que, quando uma empresa é rentável e a taxa de imposto de renda é positiva, o imposto faz com que ganhos contábeis estejam relacionados com

os ganhos fiscais. Desse modo, o valor presente do imposto e o valor líquido dos ativos teriam a capacidade de diminuir o adiamento da realização dos ganhos, o que faria do imposto de renda uma explicação para o conservadorismo.

Kellogg (1984) encontrou evidências de que o litígio seria uma explicação para o conservadorismo. Isso decorreria do fato de que gestores e auditores terem incentivos para subestimar o lucro e ativos líquidos quando os litígios contra a entidade se mostrassem maiores que sua capacidade de geração de fluxos de caixa e ativos líquidos. Watts (1993) corrobora afirmando que a explicação do uso do conservadorismo ocorre quando o ganho contábil e os ativos líquidos da entidade são subavaliados.

Autores como Zeff (1972), Watts (1993) e Walker (1992) afirmam que as entidades reguladoras são a fonte do conservadorismo na contabilidade, uma vez que, no processo político, a perda de não usar o conservadorismo na divulgação de um ganho ou de um ativo é alta. Dessa forma, os gestores teriam motivos para relatar números contábeis de forma mais conservadora. Walker (1992) enfatiza que essa discussão já foi importante para os reguladores e organismos normatizadores, norte-americanos, fazendo com que a divulgação de ativos sem a presença do conservadorismo fosse proibida.

Outros autores apontam que o conservadorismo condicional possui relação com a estrutura da governança corporativa (BEEKS *et al.*, 2004) e está relacionado à formação do conselho de administração (AHMED; DUELLMAN, 2007).

Pesquisas no Brasil buscaram relacionar o conservadorismo com os aspectos elencados anteriormente. Por exemplo, Coelho (2007) verificou a presença do conservadorismo nas empresas brasileiras em função da regulação. Moreira (2009) analisou o conservadorismo por meio do

reconhecimento assimétrico dos ganhos e perdas econômicos em companhias abertas. Santos *et al.* (2011) verificaram que, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, houve alteração do conservadorismo condicional; Arruda *et al.* (2014) analisaram o nível de conservadorismo e persistência dos resultados contábeis das instituições financeiras; Kronbauer, Marquezan, Barbosa e Dieh (2017) investigaram se a adoção ao padrão internacional provocou alteração no conservadorismo, não encontrando evidências para essa afirmação; já Silva (2017) concluiu que as práticas contábeis mais conservadoras são utilizadas durante períodos de crise. Black e Nakao (2017) concluíram que o conservadorismo condicional reduz o gerenciamento de resultado.

3 METODOLOGIA

3.1 Amostra

O objetivo da pesquisa consistiu em observar o grau de conservadorismo contido nos lucros contábeis publicados pelas entidades listadas na BM&F Bovespa, tendo em vista os setores de atuação, uma vez que cada setor teve fatores que influenciaram os métodos contábeis adotados e, por consequência, o conservadorismo.

A BM&F BOVESPA segrega as empresas listadas em 10 setores: Bens Industriais; Construção e Transportes; Consumo Cíclico; Consumo não Cíclico; Financeiro e Outros; Materiais Básicos; Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Tecnologia da Informação; Telecomunicações e Utilidade Pública.

Uma vez que a base de dados utilizada foi a Economatica, observou-se que esta classifica as empresas em segmentos; por conseguinte, todas as empresas foram reclassificadas conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação dos setores econômicos conforme segmentos (BM&F Bovespa).

Segmento (BM&F Bovespa)	Setor Econômica
Bens Industriais	Máquinas Industriais; e Veículos e Peças.
Construção e Transportes	Construção; e Transportes e Serviços.
Consumo Cíclico	Comércio; Eletroeletrônicos; e Têxtil.
Consumo não Cíclico	Agro e Pesca; e Alimentos e Bebidas.
Financeiro e Outros	Financeiro e Seguros; e Outros.
Materiais Básicos	Mineração; Minerais não Metálicos; Papel e Celulose; Química; e Siderurgia e Metalurgia.
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo e Gás
Tecnologia da Informação	Software e Dados
Telecomunicações	Telecomunicações
Utilidade Pública	Energia Elétrica

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

A população da pesquisa consistiu de todas as empresas listadas na BM&F Bovespa, do período do 1º trimestre de 2010 ao 4º trimestre de 2016. A amostra restringiu-se àquelas empresas que possuíam

informações para o período analisado, totalizando, assim, 249 companhias.

A composição da amostra, conforme os setores da BM&F Bovespa, está demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de Frequência das Empresas Listadas na BM&F Bovespa por Segmento.

Setor (BM&F Bovespa)	N	%
Bens Industriais	16	6,43%
Construção e Transportes	29	11,65%
Consumo Cíclico	38	15,26%
Consumo não Cíclico	11	4,42%
Financeiro e Outros	77	30,92%
Materiais Básicos	33	13,25%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	0,80%
Tecnologia da Informação	1	0,40%
Telecomunicações	7	2,81%
Utilidade Pública	35	14,06%
Total da Amostra	250	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores (2017)

Analisando a Tabela 1, observa-se que o setor financeiro responde pela maior parte das companhias analisadas, sendo responsável por 30,92% das companhias, seguido pelo setor de Consumo Cíclico (15,26%) e de Utilidade Pública (14,06%).

Os setores que apresentaram quantitativo menor de empresas participantes foram os de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Tecnologia da Informação, com 0,80% e 0,40%, respectivamente.

3.2 Modelo Econométrico

Para a presente pesquisa foi adotado o modelo proposto por Basu (1997), uma vez que, para alguns autores (LARA; MORA, 2004; COSTA; COSTA, 2005), esse modelo consiste no marco para a discussão do conservadorismo condicional na contabilidade. O modelo principal proposto por Basu (1997) é uma regressão linear em que o regressando é o resultado contábil da empresa no período corrente, ponderado pelo preço de mercado da ação no período anterior; e os regressores são basicamente os retornos positivos (boas notícias) e negativos (más notícias), conforme apresentado na Equação 1.

$$\frac{LPA_{i,t}}{P_{i,t-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \alpha_2 R_{it} + \alpha_3 R_{it} * DR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que:

LPA_{it} = lucro líquido contábil por ação da empresa i no período t ;

$P_{i,t-1}$ = preço da ação da empresa i no início do período $t-1$;

R_{it} = retorno econômico por ação da empresa i no início do período t ;

DR_{it} = variável *dummy* para indicar se o retorno é negativo, isto é, $DR_{it} = 1$ se $R_{it} < 0$; e 0 se $R_{it} > 0$;

ε_{it} = termo de erro da regressão.

Para Basu (1997), o coeficiente α_0 não possui significado econômico ou teórico; logo, não será analisado na presente pesquisa. Já o coeficiente α_1 consiste na velocidade do reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil, dessa forma o sinal esperado foi positivo, indicando se a informação contábil da empresa é transmitida em tempo hábil (ANTUNES; MEDEIROS, 2011).

Em relação aos coeficientes α_2 e α_3 , segundo o modelo de Basu (1997), quando o lucro contábil é regredido contra os retornos o coeficiente α_3 deverá ser maior que o coeficiente α_2 , em razão da maior rapidez com que a contabilidade incorpora, no presente, a mensagem do retorno negativo (*proxy* para perdas futuras esperadas) em relação aos retornos positivos (notícias boas).

Outra análise foi obtida a partir da diferença dos coeficientes α_3 e α_2 . Maiores valores dessa relação sinalizam que o segmento é mais conservador.

4 RESULTADOS

Para atender ao objetivo da pesquisa, realizou-se a regressão da Equação 1 com dados em painel, a fim de verificar o grau de conservadorismo de cada segmento da economia.

Os testes foram efetuados baseando-se no pressuposto de que o conservadorismo pode ser mensurado na sua forma condicional através do coeficiente de Basu (α_3), o qual é esperado que seja maior do que o coeficiente de retornos positivos (α_2) ante a presença do conservadorismo. Quando α_3 for maior do que α_2 pode-se interpretar que o sistema contábil estaria reconhecendo as perdas futuras esperadas (notícias ruins ou retornos negativos) mais rapidamente do que os ganhos (notícias boas ou retornos positivos), e o grau de conservadorismo no setor seria diretamente proporcional ao tamanho da diferença positiva entre esses dois coeficientes.

Utilizou-se regressão com dados em painel, em que foram necessários testes estatísticos para verificar se a estimação dos modelos se daria por *Pooled Ordinary Least Square* (POLS), ou por efeitos aleatórios ou fixos para os grupos analisados. O primeiro

passo foi verificar a adequação do modelo para estimadores por efeitos fixos e POLS, utilizando o teste de F (Teste Chow). O teste de Chow é baseado na estatística F, mas ao invés do R² utiliza-se a soma dos quadrados dos resíduos das duas regressões (CHOW, 1960). Após o teste de Chow, verificou-se a adequação do modelo por efeitos fixos e POLS, em que se rejeitou a hipótese nula para a estimação por POLS. Posteriormente, utilizou-se o teste de Hausman para verificar se o melhor modelo seria por efeito fixo ou aleatório.

O teste de Hausman baseia-se em um multiplicador lagrangiano e objetiva

verificar se o estimador, utilizado na regressão com um modelo de efeitos aleatórios, é consistente, quando comparado com um estimador utilizado na regressão com um modelo de efeitos fixos (HAUSMAN, 1978). A hipótese nula de consistência dos estimadores por efeitos aleatórios foi rejeitada; logo, os modelos utilizados foram estimados com dados em painel com efeitos fixos.

A Tabela 2 apresenta os resultados referentes à análise do conservadorismo das companhias listadas na BM&F Bovespa, mediante a equação 1.

Tabela 2 – Modelo de Regressão da Amostra Total.

Modelo (equação 1)	
$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \alpha_2 R_{it} + \alpha_3 R_{it} * DR_{it} + \varepsilon_{it}$	
Variável	Coefficiente (p-value)
α_0	4.868,254 (0,0000)
α_1	0,236 (0,001)
α_2	0,156 (0,04)
α_3	0,491 (0,000)
$\alpha_3 - \alpha_2$	0,335
Nº de Empresas	249
Nº de Períodos	7
R ²	0,090
R ² Ajustado	0,089
Estatística F	1.384,188
F (p-value)	0,000

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

Observa-se que para a amostra total o coeficiente da variável α_2 é estatisticamente significativo a 5% para os retornos positivos do período. Isto sinaliza que os ganhos são componentes persistentes no lucro contábil, não sendo revertidos nos períodos subsequentes. Analisando o coeficiente α_3 esse apresentou-se positivo e

estatisticamente significativo a 1%, o que revela que o reconhecimento de perdas é mais tempestivo do que o reconhecimento de ganhos. Esse resultado é consistente com as pesquisas de Costa, Costa e Lopes (2006), Nichols, Wahlen e Wieland (2009), Tapia *et al.* (2011) e Dantas, Paulo e Medeiros (2013).

A diferença entre α_3 e α_2 , é positiva (+0,335), indicando que o reconhecimento no sistema contábil das perdas futuras esperadas, sinalizadoras de más notícias (retornos negativos), é mais tempestiva (mais veloz) do que o reconhecimento dos ganhos sinalizados pelos retornos positivos.

A Tabela 3 apresenta os resultados referentes à análise do conservadorismo das companhias listadas na BM&F Bovespa segmentadas por setor. Para melhor visualização, a Tabela 3 foi dividida em duas partes, A e B, respectivamente.

Tabela 3A – Modelo de Regressão por Segmento.

Variável	Bens Industriais	Construção e Transporte	Consumo Cíclico	Consumo não Cíclico	Financeiros e Outros
	Coefficiente (p-value)	Coefficiente (p-value)	Coefficiente (p-value)	Coefficiente (p-value)	Coefficiente (p-value)
α_0	4,868 (0,043)	9,736 (0,077)	2,131 (0,623)	8,145 (0,175)	14,604 (0,152)
α_1	0,236 (0,007)	0,708 (0,002)	0,472 (0,021)	0,421 (0,011)	0,181 (0,009)
α_2	0,313 (0,002)	0,313 (0,015)	0,450 (0,016)	0,780 (0,018)	0,313 (0,003)
α_3	0,491 (0,003)	1,475 (0,053)	1,465 (0,017)	0,833 (0,005)	0,983 (0,023)
$\alpha_3 - \alpha_2$	0,178	1,162	1,015	0,053	0,67
Nº de Empresas	16	29	38	11	77
Nº de Períodos	7	7	7	7	7
R ²	0,090	0,272	0,139	0,121	0,181
R ² Ajustado	0,071	0,242	0,121	0,105	0,179
Estatística F	2.768,376	1.384,188	2.564,41	4.152,564	1.513,880
F (p-value)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: elaborada pelos autores (2017).

O coeficiente α_2 foi significativo (< 5%) para todos os segmentos. Esse resultado indica que os ganhos são um componente persistente nos resultados desses segmentos e que o mesmo não é revertido nos períodos subsequentes.

Já o coeficiente α_3 é positivo e estatisticamente significativo para todos os segmentos, exceto Construção e Transportes, embora o p value desse segmento esteja próximo ao parâmetro estabelecido (< 5%). O coeficiente α_3 , estatisticamente significante, indica que há evidências de antecipação no sistema contábil de prováveis perdas futuras. Observa-se ainda que o

coeficiente α_3 foi maior que o α_2 em todos os segmentos, com diferentes magnitudes. Este fato demonstra a presença de conservadorismo condicional diferenciado por segmento.

Ainda analisando o coeficiente α_3 infere-se que o segmento de Construção e Transporte é o mais conservador entre os segmentos apresentados na Tabela 3A, uma vez que esse segmento apresentou o maior valor para o coeficiente α_3 (+1,162). Já o segmento de Bens Industriais apresentou o menor valor para o coeficiente α_3 (+0,178), sendo este o segmento menos conservador.

Tabela 3B – Modelo de Regressão por Segmento.

Variável	Materiais Básicos	Petróleo, Gás e Bio	TI	Telecom.	Util. Pública
	Coefficiente (<i>p-value</i>)				
α_0	54,215 (0,412)	1,142 (0,057)	23,915 (0,435)	21,115 (0,032)	91,112 (0,074)
α_1	0,124 (0,021)	0,239 (0,007)	0,151 (0,013)	0,201 (0,002)	0,211 (0,000)
α_2	0,271 (0,000)	0,582 (0,000)	0,687 (0,002)	0,191 (0,000)	0,142 (0,003)
α_3	0,475 (0,000)	1,230 (0,000)	1,094 (0,007)	0,871 (0,000)	0,391 (0,011)
$\alpha_3 - \alpha_2$	0,204	0,648	0,407	0,68	0,249
Nº de Empresas	33	2	1	7	35
Nº de Períodos	7	7	7	7	7
R ²	0,071	0,029	0,150	0,098	0,054
R ² Ajustado	0,068	0,027	0,131	0,081	0,051
Estatística F	8,762	48,222	15,400	81,762	91,026
F (<i>p-value</i>)	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000

Fonte: elaborada pelos autores (2017).

Quanto à Tabela 3B, observa-se que o segmento de Petróleo, Gás e Biocombustíveis é o mais conservador ($\alpha_3 = 1,230$).

Como o modelo de Basu (1997) consiste numa regressão do lucro contábil contra os retornos de mercado, positivos e negativos, podemos ainda fazer uma análise adicional e testar a maior rapidez (tempestividade) com que a contabilidade

reconhece, no presente, as perdas futuras esperadas pelo mercado. Essa análise adicional pode ser feita por meio da diferença entre α_3 e α_2 , já apresentados nas Tabelas 3A e 3B.

A Tabela 4 apresenta a compilação dos valores apresentados anteriormente, demonstrando maiores e menores graus de conservadorismo entre os segmentos.

Tabela 4 – Grau de conservadorismo entre os segmentos.

<i>Segmento</i>	$\alpha_3 - \alpha_2$
Construção e Transporte	1,162
Consumo Cíclico	1,015
Telecom.	0,680
Financeiros e Outros	0,670
Petróleo, Gás e Bio	0,648
TI	0,407
Util. Pública	0,249
Materiais Básicos	0,204
Bens Industriais	0,178
Consumo não Cíclico	0,053

Fonte: elaborada pelos autores (2017).

Observa-se que a diferença entre a velocidade de reconhecimento de más notícias comparativamente às notícias boas ($\alpha_3 - \alpha_2$) é maior para o segmento de Construção e Transporte (1,162), seguido pelo segmento de Consumo Cíclico (1,015). Isto indica que esses segmentos possuem maior grau de conservadorismo condicional.

O segmento de Consumo não Cíclico apresentou-se como sendo o menos conservador (0,053). Este segmento é

relacionado com produtos de consumo rápido, como alimentos, bebidas, produtos de limpeza e de uso pessoal. O menor conservadorismo nesse setor pode decorrer de maior concorrência, que obriga as empresas a adotarem políticas contábeis mais agressivas.

A partir da Tabela 4 criou-se uma matriz para comparar os graus relativos de conservadorismo entre pares de segmento, conforme mostrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Matriz da variação entre os graus de conservadorismo.

	Construção e Transporte	Consumo Cíclico	Telecom.	Financeiros e Outros	Petróleo, Gás e Bio	TI	Util. Pública	Materiais Básicos	Bens Industriais	Consumo não Cíclico
Construção e Transporte	0,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consumo Cíclico	0,147	0,000	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecom.	0,482	0,335	0,000	-	-	-	-	-	-	-
Financeiros e Outros	0,492	0,345	0,01	0,000	-	-	-	-	-	-
Petróleo, Gás e Bio	0,514	0,367	0,032	0,022	0,000	-	-	-	-	-
TI	0,755	0,608	0,273	0,263	0,241	0,000	-	-	-	-
Util. Pública	0,913	0,766	0,431	0,421	0,399	0,158	0,000	-	-	-
Materiais Básicos	0,958	0,811	0,476	0,466	0,444	0,203	0,045	0,000	-	-
Bens Industriais	0,984	0,837	0,502	0,492	0,47	0,229	0,071	0,026	0,000	-
Consumo não Cíclico	1,109	0,962	0,627	0,617	0,595	0,354	0,196	0,151	0,125	0,000

Fonte: elaborada pelos autores (2017).

A maior diferença relativa de conservadorismo (1,109) se dá no segmento de Construção e Transporte em relação ao de Consumo Não Cíclico. Essa diferença decorre de o segmento de Construção e Transporte ser o mais conservador enquanto que o de Consumo Não Cíclico é o menos conservador. Já a menor diferença (0,01) ocorre entre os segmentos Financeiro e de Telecomunicações, sinalizando que esses setores têm graus semelhantes de conservadorismo condicional. Os 15 valores negritos na Tabela 5, maiores do que 0,50, indicam que efetivamente o conservadorismo condicional é diferente

entre os segmentos econômicos, criando oportunidade para que novas pesquisas investiguem as causas que estão por trás desse fenômeno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre a prática do conservadorismo contábil são comuns nos âmbitos nacional e internacional. Contudo, não foram localizados estudos analisando a presença do conservadorismo condicional entre setores da economia. Esta pesquisa preenche esta lacuna, ao verificar se as empresas listadas na BM&F Bovespa

praticam o conservadorismo condicional de forma diferenciada, conforme o segmento econômico em que atuam.

Os resultados encontrados na pesquisa sugerem a existência do conservadorismo para as companhias listadas na BM&F Bovespa, quando analisadas em conjunto. Dessa forma, as perdas econômicas seriam reconhecidas tempestivamente, enquanto as variações positivas seriam persistentes no resultado contábil; de igual maneira, pode-se considerar a existência de assimetria no reconhecimento de boas e más notícias, por meio do diferimento dos ganhos e do reconhecimento tempestivo das perdas.

A etapa posterior da pesquisa buscou responder o problema proposto. Observou-se presença diferenciada de conservadorismo entre os setores econômicos classificados na BM&F Bovespa. Notou-se que todos os setores demonstraram incorporar no resultado contábil os ganhos econômicos (boas notícias), revelando a persistência dos ganhos.

Observou-se que o conservadorismo condicional apresenta-se em todos os segmentos econômicos, contudo, nota-se que existe segmentos mais conservadores (Construção e transporte) e menos conservadores (Consumo não cíclico). Essa diferença entre a intensidade do conservadorismo pode decorrer de diferentes incentivos, entre os segmentos, para praticar uma contabilidade mais ou menos agressiva, mas esta conjectura deve ser investigada com mais rigor por futuras pesquisas.

Esta pesquisa contribui para a literatura ao constatar que há diferenças no grau de conservadorismo condicional entre setores econômicos no Brasil. Sugere-se que futuras pesquisas examinem os fatores que contribuem para essa assimetria de comportamento, bem como sejam realizados testes estatísticos a fim de verificar se as

diferenças no grau de conservadorismo são estatisticamente significantes.

REFERÊNCIAS

AHMED, A. S. E DUELLMAN, S. Accounting conservatism and board of director characteristics: An empirical analysis. *Journal of Accounting and Economics*, v. 43, 2-3, p. 411-437, July, 2007.

AHMED, A. S.; BILLINGS, B. K.; MORTON, R. M.; STANFORD-HARRIS, M. The role of accounting conservatism in mitigating bondholder-shareholder conflicts over dividend policy and in reducing debt costs. *The Accounting Review*, v. 77, n. 4, p. 867-890, out. 2002.

ANDRÉ, P.; FILIP, A.; PAUGAM, L. Impact of Mandatory IFRS Adoption on Conditional Conservatism in Europe. *Research Center. ESSEC Working Paper*, n.1311, 2013.

ANTUNES, G. A.; MEDEIROS, O. R. Modelo de Basu: especificação diferente, mesmo resultado. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 5, n. 1, p. 59-71, jan.-abr. 2011.

ARRUDA, M. P.; VIEIRA, C. A. M.; PAULO, E.; LUCENA, W. G. Análise do conservadorismo e persistência dos resultados contábeis das instituições financeiras brasileiras. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – AdCont., V., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ-PPGC, 2014.

BALL, R. J.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v. 39, p. 83-128, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, v. 24, p. 3-37, 1997.

BEEKES, W.; POPE, P.; YOUNG, S. The link between earnings timeliness, earnings conservatism and board composition: evidence from the UK. *Corporate Governance: An International Review*, 12, p. 47-59, 2004.

BLACK, R. NAKAO, S.H. Heterogeneidade na qualidade do lucro contábil entre diferentes classes de empresas com a adoção de IFRS: evidências do Brasil. *R. Cont. Fin. – USP*, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 113-131, jan./abr. 2017.

BLISS, J.H. *Management through Accounts*. New York, NY: The Ronald Press Co., 1924.

BRITO, G. A. S.; MARTINS, E. Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil. *Brazilian Business Review*, v. 10, n. 1, p. 27-48, jan-mar, 2013.

CHOW. G. C. Tests of Equality Between Sets of Coefficients in Two Linear Regressions. *Econometrica*, Vol. 28, No. 3. (Jul., 1960), pp. 591-605.

COELHO, A. C. D. *Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Publicados no Brasil*. São Paulo: 2007. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2007.

COELHO, A. C. D.; LIMA, I. S. Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. *Revista Universo Contábil*, v. 4, n. 2, P. 22-41, abr.-jun. 2008.

COSTA, F. M.; COSTA, A. C. O.; LOPES, A. B. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. *Revista de Contabilidade & Finanças*, São Paulo, n. 41, maio-ago. 2006.

COSTA, A. C. O.; COSTA, F. M. Um estudo da aplicação do conservadorismo em cinco países da América do Sul. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD. XXIX., 2005, Brasília. *Anais...*Brasília: ANPAD, 2005.

DANTAS, J. A.; PAULO, E.; MEDEIROS, O. R. Conservadorismo condicional na indústria bancária brasileira em situações de maior percepção de risco. *Revista universe contábil*, Blumenau, v.9, n.2, p.83-103, abr./jun. 2013.

GUENTHER, D.A.; MAYDEW, E.L.; e NUTTER, S.E. Financial reporting, tax costs, and book-tax conformity, *Journal of Accounting and Economics*, v. 23, p. 225-248, nov. 1997.

HAUSMAN, J. Specification Tests in Econometrics, *Econometrica*, v. 46, nº 6, p. 1251-71. 1978.

KELLOGG, R.L. Accounting activities, security prices, and class action lawsuits. *Journal of Accounting and Economics*, v. 6, p. 185-204, dez. 1984.

KRONBAUER, C. A.; MARQUEZAN, L. H. F.; BARBOSA, M. A.; DIEH, C. A. Análise dos efeitos do conservadorismo na informação contábil após a alteração de 2011 no pronunciamento conceitual básico. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. vol.19 nº.65. São Paulo. Jul/Set. 2017.

LARA, J. M. G.; MORA, A. Balance sheet versus earnings conservatism in Europe. *European Accounting Review*, v. 13, n. 2, p. 261-292, 2004.

LOPES, A. B. *A informação contábil e o mercado de capitais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MOREIRA, R. L. *Conservadorismo contábil e abordagem da informação: estudo inferencial em empresas de capital aberto*. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOREIRA, R. L., COLAUTO, R. D., e AMARAL, H. F. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 21(54), 64-84. 2010.

PAULO, E., ANTUNES, M. T. P., E FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 48(3), 46-60. 2008.

NICHOLS, D. C.; WAHLEN, J. M.; WIELAND, M. M. Publicity-traded versus privatelyheld: implications for bank profitability, growth, risk, and accounting conservatism. *Review of Accounting Studies*, v. 14, n. 1, p. 88-122, 2009.

PENMAN, H. S.; ZHANG, X. *Accounting conservatism, the quality of learning, and stock returns*. Dez.1999.

RAMOS, D. A., & LUSTOSA, P. R. B. Verificação empírica da value relevance na adoção das normas internacionais de contabilidade para o mercado de capitais brasileiro. *ConTexto*, 13(25). 2013.

SANTOS, L. P. G. et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *R. Cont. Fin. – USP*, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun./jul./ago. 2011

SANTOS, L. S. R. & COSTA, F. M. Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. *Revista Contabilidade e Finanças*, 19(48), 27-36. 2008.

SILVA, J. M. C. *A qualidade dos resultados das grandes empresas não cotadas na UE a 22: durante e após a crise financeira*. Porto: 2017. Dissertação (Mestrado em finanças e fiscalidade). Universidade do Porto - Faculdade de Economia, Porto, 2017.

SHACKELFORD, D. A., SHEVLIN, T. Empirical tax research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 321-387, set. 2001.

TAPIA, B. A.; SÁNCHEZ, C. B.; ALEMÁN, J. P.; FERNÁNDEZ, M. T. T. Conservadurismo del resultado y riesgo de litigio en el sector bancario. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, v. 40, n. 152, p. 556-585, 2011.

VATANPARAST, M.; BAQERIAN, J. M.; HASSANZADE, M. The relationship between conservatism and earnings quality in Tehran Stocks Exchange. *Indian Journal of Fundamental and Applied Life Sciences*, v. 4, abr.-jun., p. 1417-1425, 2014. Disponível em: <[http://www.cibtech.org/sp.ed/jls/2014/01/00\(162\).pdf](http://www.cibtech.org/sp.ed/jls/2014/01/00(162).pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2016.

WALKER, R.G. The SEC's ban on upward asset revaluations and the disclosure of current values, *Abacus*, v. 28, p. 3-35. 1992.

WATTS, R. L. *A proposal for Research on Conservatism*. [Working Paper FR 93-13] Simon School of Business, maio, 1993.

WATTS, R.L.; ZIMMERMAN, J.L. *Positive Accounting Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986.

WATTS, R.L.; ZIMMERMAN, J.L. The demand for and supply of accounting theories: The market for excuses. *Accounting Review*, v. 54, p. 273-305, abr. 1979.

WATTS, R. Conservatism in accounting – Part I: explanations and implications. *Accounting Horizons*, v.17, n. 3, p. 207-221, 2003.

ZEFF, S. *Forging Accounting Principles In Five Countries: A History And An Analysis Of Trends*, Arthur Andersen & Co. Lecture Series. Stipes Publishing, 1972. Disponível em:<<https://ssrn.com/abstract=2045708>>. Acesso em 10 dez. 2014.

SOBRE OS AUTORES

Ednilto Pereira Tavares Júnior

Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB, UFPB, UFRN. Docente da Universidade Estadual de Goiás. Avenida Diva de Freitas Rios Qd. 4 Lt. 22 – Jardim Aeroporto – Jaraguá-GO Email: edniltojunior@hotmail.com

Paulo Roberto Barbosa Lustosa

Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo, Bacharel em Engenharia Civil pela Fundação Técnico Educacional Souza Marques. Docente na Universidade de Brasília. Email: prblustosa@gmail.com

Isabel Cristina Henriques Sales

Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB, UFPB, UFRN. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Email: isabel.sales@gmail.com